

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CATARINE VIEIRA IVANTES
ISADORA DE SOUZA CARMINE
JAQUELINE MOREIRA CORDESCO PEDREIRA
LILIAN GOMES DOS SANTOS MELO
QUEILA FERREIRA BOTELHO

Política de Educação e Serviço Social

RIBEIRÃO PRETO – SP
2025

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CATARINE VIEIRA IVANTES
ISADORA DE SOUZA CARMINE
JAQUELINE MOREIRA CORDESCO PEDREIRA
LILIAN GOMES DOS SANTOS MELO
QUEILA FERREIRA BOTELHO

Política de Educação e Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado(a) à Faculdade Metropolitana
do Estado de São Paulo como exigência
parcial para obtenção do título de
Assistente Social no curso de Bacharelado
em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Arianne Siqueira
Rossi Martins

RIBEIRÃO PRETO – SP
2025

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema a *Política de Educação e Serviço Social* e tem por objetivo analisar a atuação do (a) assistente social nas escolas públicas, bem como sua contribuição para o desenvolvimento integral dos estudantes. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em livros, artigos e documentos de instituições como o CFESS, abordando as práticas profissionais, os desafios e as possibilidades de atuação no âmbito educacional. Buscando compreender as intervenções voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares, à integração entre escola, família e comunidade à análise de situações complexas, como violência doméstica, pobreza e exclusão social, que impactam o cotidiano escolar. O trabalho também apresenta reflexões sobre os marcos legais que sustentam a atuação profissional, como a Lei nº 13.935/2019, e reforça a importância da presença efetiva do assistente social nas políticas públicas de educação, visando a promoção de uma educação inclusiva, democrática e transformadora.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação. Desenvolvimento integral. Vínculos familiares. Políticas públicas.

SUMÁRIO

1. Introdução	2
2. Metodologia	3
3. Objetivos.....	4
4. Desenvolvimento.....	4
4.1 Histórico e evolução do Serviço Social na educação	4
4.2 Marcos legais e atuações profissionais na política educacional....	5
4.3 Desafios e possibilidades na atuação do assistente social no ambiente escolar.....	6
4.4 A importância do assistente social no contexto escolar e socioeducacional	8
5. Considerações finais	9
6. Referências	10

1. INTRODUÇÃO

No cenário educacional brasileiro, a presença do (a) assistente social nas escolas públicas é fundamental para lidar com as expressões da questão social e educativas que impactam o cotidiano escolar. A conexão entre as políticas de educação e o trabalho do Serviço Social é essencial para promover o bem-estar dos estudantes, especialmente aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Nas escolas, o (a) assistente social atua como agente de mudança social, garantindo o acesso à educação de qualidade, identificando demandas que afetam o desempenho acadêmico e trabalhando em parceria com as famílias, comunidades e demais políticas públicas. Entre suas funções, também se destacam a proteção dos direitos dos estudantes, a promoção da inclusão e o suporte psicossocial, fortalecendo o sentimento de pertencimento no ambiente escolar.

Ao longo da história, o trabalho do (a) assistente social nas escolas tem passado por transformações significativas, buscando responder a problemáticas complexas como a pobreza, a violência doméstica, a exclusão social e o trabalho infantil. Contudo, ainda existem obstáculos, como a escassez de recursos, a alta demanda de tarefas e a formação profissional nem sempre alinhada às realidades escolares.

Assim, este trabalho tem como finalidade analisar a atuação do (a) assistente social nas escolas públicas e sua contribuição para o desenvolvimento integral dos estudantes, destacando a importância de sua presença efetiva na educação como parte das políticas públicas que promovem uma educação mais inclusiva, justa e transformadora.

Buscando compreender as práticas do (a) assistente social voltada para a identificação e o fortalecimento dos vínculos familiares, bem como os desafios enfrentados na integração entre escola, família e comunidade. Além disso, pretende-se avaliar de que maneira as atividades desses profissionais influenciam o sentimento de pertencimento e auxiliam na criação de redes de apoio na comunidade escolar.

Por fim, o estudo também investiga como questões familiares e comunitárias complexas — como violência doméstica, pobreza e falta de acesso a serviços básicos — interferem na atuação do (a) assistente social dentro do ambiente escolar,

reforçando a importância da categoria na construção de uma educação voltada à equidade social e ao desenvolvimento humano integral.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos científicos e documentos institucionais que discutem o papel do (a) assistente social nas escolas. A abordagem teórica utilizada fundamenta-se na perspectiva crítica marxista, que busca compreender como as desigualdades sociais afetam o processo educacional.

A pesquisa teve como objetivo reunir informações e reflexões já publicadas sobre a inserção do (a) assistente social na política educacional, utilizando referências do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), legislações e autores relevantes para o tema. Por meio dessa revisão, foi possível analisar as principais práticas de intervenção, os desafios enfrentados e as possibilidades de atuação no ambiente escolar, com foco na integração entre escola, família e comunidade.

O estudo teve caráter qualitativo, uma vez que procurou compreender as dinâmicas e significados presentes nas relações sociais que permeiam o cotidiano escolar. As leituras realizadas permitiram identificar como o Serviço Social contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares, para a inclusão social e para a construção de redes de apoio que beneficiam o desenvolvimento integral dos estudantes.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar a atuação do (a) assistente social nas escolas públicas e sua contribuição para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes.

3.2 Objetivos específicos

- Investigar as práticas de intervenção do (a) assistente social nas escolas públicas, com foco na identificação e fortalecimento dos vínculos familiares dos estudantes.
- Analisar os desafios enfrentados pelo (a) assistente social ao promover a integração entre a escola, a família e a comunidade, visando o desenvolvimento integral dos estudantes.
- Examinar como questões familiares e comunitárias complexas, como violência doméstica, pobreza e falta de acesso a serviços básicos, influenciam a atuação do (a) assistente social no contexto escolar.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 Histórico e evolução do Serviço Social na Educação

“A contribuição do Serviço Social no campo educacional se dá desde a década de 1930, quando era denominado de *Serviço Social Escolar*, ganhando maior destaque a partir dos anos de 1990 (CAMPOS, 2012)”. No decorrer das últimas décadas, a profissão vem se afirmando na divisão social e técnica do trabalho, a partir de sua atuação nas expressões da questão social.

A Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão (CFESS, 1993) estabelece as atribuições privativas e competências do (a) assistente social, que devem ser respeitadas em qualquer campo de atuação, tendo como base o Código de Ética e o Projeto Ético-Político Profissional.

Apesar dos avanços, ainda há obstáculos que limitam a presença do (a) assistente social em várias políticas públicas, incluindo a educação. A Lei nº 13.935/2019 dispõe sobre a inserção obrigatória de psicólogos e assistentes sociais nas escolas da rede pública de educação básica, representando uma importante conquista para a categoria.

Entretanto, a aplicação da lei enfrenta desafios em diversos estados e municípios. Muitas vezes, poucos profissionais são contratados para atender a uma ampla rede de escolas, o que se mostra ineficiente diante das diversas demandas educacionais e sociais.

“No estado do Ceará, os assistentes sociais e psicólogos contratados atuam nas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES), atendendo em média 15 escolas por profissional (ALECE, 2023)”. Essa realidade reforça a necessidade de ampliar os quadros profissionais e de garantir condições adequadas de trabalho para que o atendimento seja efetivo.

Assim, o papel do (a) assistente social nas escolas vai além de uma atuação assistencialista. “Ele (a) é um agente de transformação social, cuja presença é fundamental para identificar e enfrentar desigualdades educacionais, promover o fortalecimento dos vínculos familiares e criar espaços de escuta e diálogo com estudantes, famílias e educadores (PIANA, 2020)”.

4.2 Marcos legais e atuações profissionais na política educacional

A atuação do (a) assistente social na educação deve estar alicerçada em compromissos ético-políticos voltados à transformação social, buscando a garantia de direitos e uma educação de qualidade para todos (CFESS, 2013).

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) não mencione diretamente os assistentes sociais, ela estabelece princípios de inclusão e atendimento integral ao estudante, servindo de base para a inserção desses profissionais nas escolas.

O Projeto de Lei nº 3.688/2000 também contribuiu para essa discussão, propondo que assistentes sociais e psicólogos atuassem nas redes públicas de educação básica, integrando equipes multiprofissionais com foco na melhoria do processo ensino-aprendizagem e na articulação com a comunidade escolar (BRASIL, 2000).

Essas discussões culminaram na promulgação da Lei nº 13.935/2019, que garante a inserção obrigatória de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas. Essa conquista representa o reconhecimento da importância desses profissionais na construção de um ambiente educacional mais equitativo e humanizado.

Contudo, conforme aponta o CFESS (2023), a efetivação dessa lei enfrenta obstáculos como a confusão entre as funções do assistente social e da assistência social, a falta de concursos específicos e a ausência de planos de carreira que contemplem a profissão no sistema educacional.

Além disso, fatores como a falta de recursos do FUNDEB e a desvalorização da profissão também impactam na consolidação da atuação desses profissionais nas escolas. Apesar dessas dificuldades, a luta coletiva da categoria segue sendo essencial para garantir a efetiva implementação da lei e o fortalecimento do Serviço Social na educação.

4.3 Desafios e possibilidades na atuação do (a) assistente social no ambiente escolar

A atuação do (a) assistente social na escola enfrenta diversos desafios relacionados à compreensão do seu papel, à falta de reconhecimento e à limitação de recursos disponíveis. Em muitos contextos, há pouca autonomia para o exercício da profissão, o que pode comprometer a efetividade das ações desenvolvidas.

A pouca valorização profissional e a sobrecarga de demandas interferem diretamente na qualidade do trabalho. Além disso, ainda é comum que gestores escolares desconheçam as competências e atribuições do (a) assistente social, o que gera confusão e resistência quanto à sua presença nas equipes pedagógicas.

Entretanto, apesar dos limites, o campo educacional oferece inúmeras possibilidades de intervenção. O (a) assistente social pode atuar na mediação de conflitos, na orientação e acompanhamento de famílias, na promoção de habilidades sociais e no fortalecimento da integração entre a comunidade escolar e os serviços públicos.

Essas ações são fundamentais para promover o desenvolvimento integral dos estudantes, articulando políticas públicas e sociais. “Conforme Souza (2008), o campo da educação permite uma atuação ampla e diversificada, abrangendo desde a elaboração e gestão de programas até a realização de pesquisas e diagnósticos sociais.”

Ao investigar as práticas de intervenção, observa-se que o fortalecimento dos vínculos familiares é uma das principais estratégias para prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho dos alunos. O (a) assistente social atua como mediador entre a escola e as famílias, auxiliando na resolução de conflitos e na criação de ambientes de apoio mútuo, nos quais o diálogo e a cooperação são valorizados.

Além disso, ao analisar os desafios enfrentados na integração entre escola, família e comunidade, percebe-se que a falta de políticas públicas integradas ainda é um obstáculo. É essencial que o trabalho seja coletivo, envolvendo outros profissionais da educação e das políticas sociais, garantindo ações articuladas e eficazes.

Por fim, ao examinar as situações familiares e comunitárias complexas — como a pobreza, a violência doméstica e a exclusão social —, entende-se que o (a) assistente social deve atuar de maneira crítica e comprometida, buscando não apenas respostas imediatas, mas a transformação das condições estruturais que geram essas problemáticas.

4.4 A importância do (a) assistente social no contexto escolar e socioeducacional

A importância do (a) assistente social no contexto escolar tem se ampliado nas últimas décadas, especialmente após a Constituição Federal de 1988, que consolidou os direitos sociais e abriu espaço para a atuação da categoria em diferentes políticas públicas (BRASIL, 1988).

O (a) assistente social contribui para uma educação democrática e inclusiva, trabalhando na articulação entre escola, família e comunidade, identificando vulnerabilidades e propondo estratégias de enfrentamento.

De acordo com o CFESS (2013), a atuação deve envolver dimensões pedagógicas, interpretativas e de socialização de informações sobre direitos sociais e humanos, políticas públicas e legislação social. Assim, o (a) profissional amplia o acesso das famílias e estudantes às redes de proteção, promovendo a cidadania e o fortalecimento dos vínculos sociais.

Sua presença na escola não se limita a atender casos individuais, mas busca compreender as causas estruturais das desigualdades e atuar na defesa de uma educação pública e de qualidade.

O trabalho intersetorial e o compromisso ético-político são elementos centrais dessa atuação. O (a) assistente social, ao lado de professores, gestores e psicólogos, torna-se peça fundamental na construção de um ambiente escolar acolhedor, onde o diálogo e a escuta qualificada são instrumentos de transformação.

Em síntese, o Serviço Social na educação desempenha papel essencial na promoção do bem-estar dos estudantes e de suas famílias, contribuindo para uma educação inclusiva, participativa e comprometida com os direitos sociais e humanos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do (a) assistente social nas escolas públicas representa uma conquista significativa para o campo do Serviço Social e para a consolidação de uma educação inclusiva e de qualidade. Ao longo deste estudo, foi possível compreender que o papel desse profissional vai muito além de ações pontuais: ele (a) atua de forma estratégica, mediando as relações entre a escola, a família e a comunidade, e promovendo o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares.

As análises realizadas evidenciam que as práticas de intervenção do (a) assistente social contribuem diretamente para o desenvolvimento integral dos estudantes, uma vez que abordam aspectos sociais, familiares e comunitários que interferem no processo de aprendizagem. No entanto, também ficou claro que ainda existem muitos desafios a serem superados, como a insuficiência de profissionais na rede pública, a falta de reconhecimento da categoria e a carência de políticas públicas voltadas à efetivação da Lei nº 13.935/2019.

Os desafios enfrentados por esses profissionais incluem a necessidade de maior articulação entre as políticas públicas, a escassez de recursos e a resistência de alguns setores educacionais em reconhecer a relevância do Serviço Social no contexto escolar. Ainda assim, a presença do (a) assistente social é fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais justas e democráticas, que considerem as realidades sociais dos alunos e promovam o acesso igualitário à educação.

Por fim, ressalta-se que a efetivação da atuação dos (as) assistentes sociais nas escolas depende do comprometimento político e institucional em garantir condições adequadas de trabalho e investimento contínuo na formação profissional.

A presença desses (as) profissionais fortalece o projeto ético-político do Serviço Social, reafirmando seu compromisso com a transformação social, com a defesa dos direitos humanos e com a consolidação de uma educação que promova o desenvolvimento humano em sua totalidade.

6. REFERÊNCIAS

ALECE. *Efetivação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas é cobrada em audiência*. Assembleia Legislativa do Ceará, 2023. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/noticias/efetivacao-de-psicologos-e-assistentes-sociais-nas-escolas-e-cobrada-em-audiencia/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. *Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. *Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 3688, de 02 de novembro de 2000*. Dispõe sobre a introdução de assistentes sociais e psicólogos no quadro de profissionais de educação em cada escola. *Diário da Câmara dos Deputados*, 2000.

CAMPOS, Edval Bernardino et al. *Conselho Federal de Serviço Social – GT de Educação*. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social*. Brasília: CFESS, 2009.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 2 set. 2013.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Diálogos do cotidiano – Assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional*. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2023-DialogosCotidiano4.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na cena contemporânea*. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 38. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIANA, Maria Cristina. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

PIANA, Maria Cristina. *Serviço Social na Educação: desafios contemporâneos e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez, 2020.

SOUZA, Ilka Lemos de. *Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.